

Entre

- A Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça (CAAJ)

e

- O Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo (ISCET)

É celebrado o seguinte **PROTOCOLO**:

Considerando que:

- Nos termos do disposto no artigo 12.º, n.º 10, da Lei n.º 22/2013, de 26 de fevereiro, os Administradores Judiciais estão obrigados a frequentar as ações de formação contínua definidas pela CAAJ (a entidade referida no seu artigo 31.º, criada pela Lei n.º 77/2013, de 21 de novembro);
- Nos termos da mesma disposição, compete à CAAJ estabelecer os protocolos que julgue necessários;
- Da discussão pública dos modelos formativos dos Administradores Judiciais, e dos princípios apresentados em reunião do órgão de gestão da CAAJ em 23 de dezembro de 2016, resulta que esta formação deverá basear-se na credenciação de módulos em ofertas formativas pré-existentes (mestrados, pós-graduações, etc.) e no desenvolvimento de ofertas formativas específicas;
- O ISCET é uma instituição de ensino superior politécnico particular, integrada no sistema nacional de ensino superior, legalmente reconhecido pelo Ministério da Educação;
- O ISCET prossegue, na sua atividade e funcionamento, a promoção do ensino, da investigação e da cultura, e, nesse sentido, constituem seus objetivos, entre outros, fomentar a prestação de serviços à comunidade em áreas da sua atividade e assegurar uma eficaz inserção dos seus diplomados no mundo do trabalho;

ACORDAM A CAAJ E O ISCET NO SEGUINTE:

Cláusula Primeira

Anualmente, a CAAJ e o ISCET definirão por acordo um conjunto de ofertas formativas – dentro das pré-existentes, ou criadas à medida – que serão disponibilizadas por este aos Administradores Judiciais que nelas se inscrevam, bem como os encargos a suportar por cada um dos inscritos e pela CAAJ.

Cláusula Segunda

O ISCET compromete-se a controlar a presença e participação dos Administradores Judiciais nas ofertas formativas que disponibilizar, quer elas sejam específicas, quer sejam integradas em ofertas formativas disponibilizadas ao público em geral, e a dar disso conhecimento à CAAJ.

Cláusula Terceira

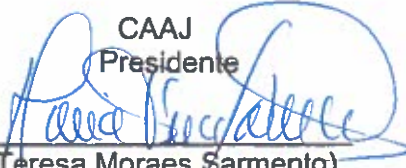
Independentemente dos modelos de cooperação institucional previstos nas anteriores cláusulas, a CAAJ compromete-se a definir, por acordo com o ISCET, uma equivalência entre as ofertas formativas pré-existentes nesta e as horas de formação obrigatória que vierem a ser estabelecidas para os Administradores Judiciais por regulamento da CAAJ, de modo a incentivar a participação voluntária destes nessas formações.

Cláusula Quarta

1. O presente Protocolo renova-se anualmente se não for denunciado por qualquer das partes com três meses de antecedência em relação à data de cada aniversário da sua celebração.
2. A comunicação prevista no artigo anterior poderá ser feita por carta registada ou para os endereços eletrónicos dos pontos de contato de cada parte, estabelecidos em anexo.

O presente protocolo é celebrado em duplicado.

Lisboa, aos 23 de abril de 2019.

CAAJ
Presidente

(Teresa Moraes Sarmiento)

ISCET
O Diretor

(Adalberto Dias de Carvalho)